

## JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

blogs.estadao.com.br/vox-publica / twitter.com/zerotoledo



# O eleitor e sua rede

As instituições que sustentam as estruturas de poder sofreram a maior perda de confiança em cinco anos, as pessoas mais próximas dos brasileiros – seus familiares, amigos e vizinhos – mantiveram sua credibilidade quase intacta. Por comparação, ganharam maior poder de influência.

O Índice de Confiança Social do Ibope, divulgado há poucos dias, mostrou que, pela primeira vez desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 2009, todas as 18 instituições avaliadas estão menos confiáveis aos olhos da opinião pública do que estavam um ano antes.

Algumas instituições, como a figura do presidente da República, perderam mais que outras, mas ninguém saiu da crise precipitada pelos protestos de junho maior do que entrou. Ao contrário. Até mesmo aquelas que aparentemente pouco têm a ver com os alvos das manifestações de rua, como as igrejas, sofreram desgaste.

Já as “pessoas da família” permanecem dentro da média histórica de confiança. Nada nem ninguém é mais confiável na opinião dos brasileiros do que seus familiares. Seu índice de confiança chega a 90 num máximo de 100.

Há muito se sabe que o círculo pessoal influencia e muito a opinião das pessoas. Na matriz de decisão do vo-

to, é um dos componentes de maior peso. O que os protestos organizados a partir da internet já haviam mostrado e a pesquisa do Ibope confirma é que esse círculo está cada vez mais estendido.

### Fenômenos e reviravoltas de última hora serão cada vez mais comuns

Ele não se limita mais ao grupo familiar, aos colegas de trabalho, aos amigos. Ele inclui agora a rede de contatos de cada um no Facebook e no Twitter – e os contatos dos contatos.

Por comparação, “seus amigos” são,

para o brasileiro médio, mais confiáveis do que 17 de 18 instituições. Só perdem para os bombeiros – em caso de incêndio, ainda é mais eficiente chamá-los do que publicar uma mensagem de socorro na internet.

Fogo à parte, a rede de conhecidos virtuais ganhou materialidade e consistência com os protestos de rua. Uma das traduções disso é que o diz-que-diz conquistou credibilidade. Versões de internet galgaram um status equivalente ao que o jargão jornalístico chama de “bastidor” – o que está “realmente” por trás do noticiário e do interesse dos poderosos.

Pouco importa se essas versões correntes nas redes sociais sejam, na maioria das vezes, teorias conspiratórias sem base nos fatos. Quando todos são emissores e receptores, e as atualizações se dão não mais uma vez ao dia, mas a cada fração de segundo, é uma questão meramente probabilística até que uma de milhares de versões se propague como vírus e vi- re verdade.

Causa e consequência desse fenômeno de pulverização da informação, os chamados “meios de comunicação” vêm perdendo confiabilidade ano

após ano, segundo o Ibope. Seu índice de confiança, que era de 71 em 2009, perdeu pontos a cada nova pesquisa. A perda acumulada em cinco anos é de 15 pontos.

Telejornais, jornais, revistas e suas respectivas plataformas na internet ainda têm saldo positivo no índice de confiança – 56 – e, por comparação, estão bem melhor do que os partidos, os governantes, o Congresso e a Justiça. Mas perderam seu monopólio. Competem pela atenção do público não mais entre si, mas com Google, Facebook, Twitter e o blog da esquina.

Tudo isso reforça a persuasão social. O *peer pressure*, a influência do grupo sobre o indivíduo, ganha cada vez mais poder na formação da opinião pública. E como o grupo é crescentemente estendido pelas conexões via internet, aumenta a volatilidade: opiniões nascem, crescem e morrem da noite para o dia.

Esse é o campo da batalha eleitoral que vai se travar em 2014. “Fenômenos” à la Celso Russomanno e reviravoltas de última hora serão cada vez mais comuns. Prepare-se para a surpresa.

# Licitação milionária de autarquia de SP é posta sob suspeita

Empresas apontam direcionamento em edital do Instituto de Pesos e Medidas que prevê gastos de até R\$ 62 mi para compra de móveis

Fernando Gallo  
Fausto Macedo

Está em curso no Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem), autarquia do governo paulista, uma controversa licitação para aquisição de mobiliário para qual o órgão se propõe a pagar até R\$ 62,5 milhões, dos quais apenas R\$ 1 milhão se refere a móveis para o próprio Ipem. Duas das maiores empresas do setor de mobiliário corporativo apresentaram impugnações ao edital, no qual vem direcionamento para uma concorrente. A associação de empresas do setor também questionou o edital, alegando que ele contém restrições que impedem a ampla concorrência.

Em avaliação preliminar, o Ministério Público de Contas do Estado argumenta que “o detalhamento das especificações técnicas exigidas no edital pode indicar eventual direcionamento”. Vai ser instaurado um procedimento para apurar possíveis irregularidades.

O valor que o Ipem está disposto a pagar pelo mobiliário corresponde a cerca de metade de seu orçamento para 2013, de R\$ 129 milhões. A autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, segundo o governo, também vai adquirir móveis para outros 18 órgãos estaduais, entre eles alguns com orçamento muito superior ao do Ipem, como a Secretaria de Educação – ao serem alertadas pelo Ipem da abertura de licitação, os órgãos decidiram embarcar junto.

Ao contrário de licitações similares feitas anteriormente por outros órgãos do governo, o edital não especifica que a licitação não é apenas para o Ipem.

Um detalhe do edital desperta a suspeita de que a concorrência está dirigida: é que o item 12, dos 80 diferentes tipos de obje-



Coletivo. Instituto vai adquirir mobiliário para 18 órgãos

tos que serão adquiridos leva a seguinte inscrição: “MESA GABINETE (linha Z) – 2.400 X 2.800 X 730 mm”.

Linha Z, apontam as concorrentes Giroflex e Artline, é uma das linhas de mobiliário da empresa Marelli Móveis, justamente a que está vencendo o pregão. Ela ofertou o menor valor até agora, R\$ 53 milhões, somados os dois lotes da concorrência.

O item 12 é o único que tem alguma especificação do tipo “linha Z”. Os demais apenas levam a descrição do objeto, como “divisória de mesa” e “mesa de reunião oval”, com as respectivas medidas.

Em decisão administrativa,

o superintendente do Ipem, Alexandre Modonezi, rejeitou a impugnação alegando que “o fato de constar Linha Z no edital é uma mera casualidade, pois como se usou ‘Z’, poderia ter sido exemplificado com ‘X’, ‘Y’... o que de forma alguma tem o propósito de direcionamento (leia abaixo)”.

**Certificação.** A Associação Brasileira de Mobiliário Corporativo (Abramco) impugnou o edital por considerar que a exigência de que o fornecedor tenha certificações ambientais baseadas em duas normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) “restrin-

ge a competitividade de certa- mente”. Nove empresas do setor possuem a certificação. A Abramco tem 15 associados, entre eles a Giroflex.

“Nunca vi essa solicitação em outros processos”, afirma Maurício Pereira, diretor da Abramco e empresário do setor. Ele diz estranhar o volume da compra e o dizer “linha Z”. “Minha empresa nem participou por estranhar o que aconteceu.”

O TCE rejeitou o pedido da Abramco de que o edital fosse suspenso afirmando não haver ilegalidade na exigência.

**Volume.** Com 700 funcionários na ativa, o Ipem vai comprar 4,5 mil cadeiras giratórias, 1,1 mil suportes para CPU, 4 mil gaveteiros volantes, 4 mil armários e 300 sofás. A prática de comprar para outros órgãos é defendida pelo argumento de que permite que o governo compre por menores preços devido à escala. É permitida pelo Tribunal de Contas do Estado, desde que os demais adiram à licitação antes que o edital vá à praça.

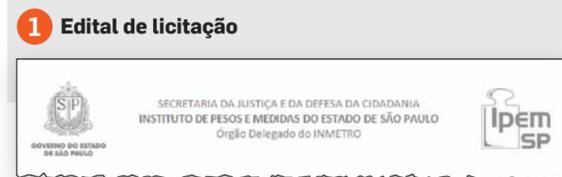
Porém, integrantes do TCE disseram à reportagem estranhar que uma licitação desse vulto, que envolve 19 órgãos estaduais, seja feita por uma pequena autarquia como o Ipem, e não pelo próprio governo.

**Apuração.** O procurador de contas Thiago Pinheiro Lima afirmou, em nota, que o órgão “irá instaurar procedimento para apurar as irregularidades notificadas no registro de preços”. Segundo Pinheiro Lima, “em juízo preliminar, o quantitativo descrito no edital comparado com a estrutura e orçamento do Instituto requer maiores esclarecimentos” pelo Ipem.

O procurador também questionará a modalidade de registro de preços, geralmente utilizada apenas para compra de produtos cujas quantidades podem variar ao longo do período de um ano, como alimentos da merenda escolar, por exemplo.

## LICITAÇÃO SOB SUSPEITA

Empresas que participam de registro de preços do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem) para compra de mobiliário apontam direcionamento para uma concorrente



O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPPEM-SP, por seu Superintendente, Sr. ALEXANDRE MODONEZI, no exercício da competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto estadual nº. 47.207, de 06 de novembro de 2002, c.c. com os artigos 13, do ANEXO que integra a Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, e 8º, do Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP”, utilizando recursos de tecnologia da informação denominado PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, objetivando a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliários de escritório em geral, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto estadual nº. 49.722, de 24 de junho de 2005, Regulamento Anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006 e alterações aplicando-

Preço de referência da concorrência

R\$ 62,5 milhões

Quase metade do orçamento anual do órgão em 2013, que é de R\$ 129 milhões.

O que o Ipem pretende comprar com esse dinheiro\*



\*O Ipem alega que a compra serve para 19 órgãos

### 2 Polêmica

Item do edital cita um produto com especificações (“mesa gabinete/Linha Z”) que remetem a uma linha de uma determinada empresa, a Marelli Móveis

12 - MESA GABINETE (Linha “Z”): 2400 x 2800 x 730mm - Laudo de conformidade ergonômica, emitido por Ergonomista comprovadamente certificado pela ABERGO - Associação Brasileira de Ergonomia, atestando que o produto atende as exigências da Norma Reguladora NR-17 do Ministério do Trabalho.

### Sistema Z



### 3 Impugnação

Uma das impugnações apresentadas por uma empresa concorrente, segundo a qual há direcionamento para escolha da fornecedora

Dito isso, fato é que no caso em tela, observe-se que, ainda que não haja a menção expressa da marca relativa às especificações técnicas publicadas, uma leitura apurada leva à percepção de que se trata praticamente de produtos da marca MARELLI (expressamente sinalizado em diversos itens como sendo a Linha Z, além de outros), o que significa que há uma restrição à escolha de uma marca.

### 4 Decisão administrativa

Ipem rejeita a impugnação e nega qualquer forma de direcionamento no processo licitatório

Outrossim o fato de constar Linha Z, no Edital é uma mera casualidade, pois como se usou “Z”, poderia ter sido exemplificado com “X”, “Y”... o que de forma alguma tem o propósito de direcionamento.

## Ipem diz que processo não fere princípios legais

O superintendente do Ipem, Alexandre Modonezi, negou direcionamento da licitação e disse que o processo atende a todos os princípios legais. Segundo ele, as especificações técnicas exigidas pela autarquia quanto à mesa de gabinete podem ser atendidas por diversas

empresas. “Não estamos comprando linha Z, mas a descrição do item, que várias empresas fazem. Me espanta dizer que de uma determinada empresa”, declarou Modonezi, que afirmou que outros fornecedores têm a linha Z no catálogo – a reportagem não encontrou nenhum.

Segundo o superintendente, a medida se encaixa no plano do governo de melhoria do gasto público. “O Ipem tem *know-how* para ajudar a comprar melhor. A vantagem é que os outros órgãos comprarão material de melhor qualidade e, portanto, mais duráveis.”

Ele afirmou que a autarquia usou o registro de preços porque há unidades do Ipem em reforma, e que essa modalidade de licitação permite que não se faça uma compra imediata com entrega parcelada. “Se minha

obra atrasa, não tem onde guardar os móveis, gera problema.”

A Marelli Móveis afirmou, em nota, que “não ficou caracterizado direcionamento da licitação” e que “todas as empresas de móveis são capazes de fornecer o objeto da licitação”.

A empresa disse que “quanto à presença da nomenclatura ‘linha z’ podemos entender isso como uma coincidência, visto que os órgãos, quando pretendem adquirir móveis, solicitam orçamento a todos os fabricantes cadastrados”.